



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: DOMINGOS DISSEI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 21 de fevereiro de 2011

OBSERVAÇÕES:
Não há nenhuma observação a registrar

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Com a presença do Vereador Claudio Fonseca e eu, Vereador Toninho Paiva, Presidente, está aberta a 3ª audiência pública, para tratar do PL 317/10, convocada pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Convido para participar da Mesa a Sra. Lair Krähenbühl; e os Srs. Ronilson Bezerra Rodrigues, representando a Secretaria Municipal das Finanças; Carlos Cirilo, representando a Sra. Lina Mara, Secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Eduardo Rolim Barcelos, Diretor do Departamento de Arrecadação da Secretaria Municipal das Finanças.

Quero informar que há um substitutivo da Comissão de Política Urbana, o qual peço que o Vereador Cláudio Fonseca faça a leitura.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sr. Presidente, o substitutivo ainda não consta no processo, na pasta. Enquanto está sendo localizado, sugiro que ouçamos o Sr. Lair, para falar sobre o projeto original. Depois, faremos a sua leitura.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Correto, nobre Vereador.

Tem a palavra o Dr. Lair.

O SR. LAIR KRÄHENBÜHL – Bom dia a todos. Hoje me sinto muito feliz por ter a oportunidade de estar com os Vereadores Toninho Paiva, meu amigo, e Claudio Fonseca. Vamos discutir um projeto que vai trazer para a habitação popular a acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência física. Atualmente, há uma limitação legal de 50 metros quadrados, para que seja considerada uma área de interesse social. A partir do momento em que uma lei encaminhada pelo Sr. Prefeito e aperfeiçoada pelos Vereadores, dá condições de se excluir toda aquela área que seja produto ou de um alargamento ou de um corredor, de uma largura de uma porta e considerar que todos os ambientes sejam acessíveis, a metragem quadrada adicional não será incluída nos 50 metros quadrados. O que isso significa? Que poderá haver um empreendimento de uma unidade, casa ou apartamento de 60 metros quadrados, quando dez ou onze metros quadrados sejam provenientes de acessibilidade, e isso não entra no cômputo da área construída. Com isso, tanto a iniciativa pública, a Cohab, a

CDHU, os Programas Minha Casa, Minha Vida e os empreendimentos feitos pela iniciativa privada estarão sendo objetos de benefício dessa habitação. O aumento, na média, dar-se-á por volta de 10%, por meio de estudo desenvolvido na CDHU e na Cohab. Isso mostra que o aumento médio da habitação dar-se-á nesse percentual, mas, em termos de custo, não é a área molhada, a que custa caro no apartamento ou na casa. Não se trata de uma área só de banheiro ou cozinha; trata-se de áreas provenientes da acessibilidade. Com isso, haverá aumento de custo que não passa de 5 a 6%, no caso de um prédio, apartamentos, e, no caso de uma casa, mais do que 10%.

O importante é que a habitação dar-se-á para todas as pessoas. Temos de pensar ao longo do tempo. Para se fazer uma reforma para oferecer acessibilidade a uma pessoa portadora de deficiência física, é muito caro. Praticamente, é impossível. Custa 10 ou 15 mil reais, no mínimo, para ser adaptada a habitação para essas pessoas. Quando planejamos isso, no caso de uma habitação, não custa mais do que dois ou três mil reais. Advogamos e aplaudimos a Câmara Municipal pela sensibilidade nesse sentido. Estamos falando de uma legislação que poderá ser copiada pelo Brasil todo, porque com os benefícios da habitação de interesse social, em termos de impostos e emolumentos, vamos beneficiar toda essa comunidade.

Em relação ao projeto, há mais de cinco mil unidades aguardando aprovação, na Prefeitura, pelo Estado, por conta da acessibilidade. Na hora que V.Exas. aprovarem essas matérias, imediatamente, tanto o Programa Minha Casa, Minha Vida, quanto às obras do Governo do Estado, a ação, automaticamente, será enquadrada em habitações de interesse social. Com isso, viabilizaremos as operações interligadas e urbanas. Todas aquelas áreas que hoje, na prática, não conseguem ser aprovadas como de interesse social - e quando são aprovadas nesse sentido, acabam desvirtuando até o seu uso – passarão a caminhar pela legalidade. Então, é um avanço muito grande que a Câmara Municipal dá para a nossa cidade e quiçá para o país.

Agradeço a oportunidade. Essa é uma luta antiga. Tivemos um trabalho muito grande junto ao Ministério Público e à Promotoria da Cidadania, com os Drs. Eduardo e Baggio, presente conosco, que está à frente da Secretaria dos Direitos das Pessoas Portadores de Deficiência, junto com a União dos Nacional dos Vereadores, junto com a Abeas, com a Associação Brasileira de Escritório de Arquitetura e com toda a comunidade portadora de deficiência física. V.Exas. estão dando uma resposta espetacular. Hoje vamos trazer para a legalidade, com lição de viabilidade, a habitação de interesse social.

Parabenizo a todos e desejo sucesso com essa ação e outras. Inclusive, a Câmara Municipal tem feito muito bem esse trabalho. Vamos discutir hoje também o projeto que envolve benefícios fiscais. Esse é um ganho muito importante que a cidade de São Paulo dá para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradeço a presença de todos. Estão abertas as inscrições. Cumprimento o Sr. Lair, nosso querido amigo, e agradecemos a sua participação inicial. É de conhecimento de todos o que ele representa em todos os segmentos nesta cidade, neste Estado e no Brasil, na área da construção civil, dando-nos palavras de conhecimento e experiência. Vemos que o projeto em pauta mostra a benfeitoria que pode trazer não são só para a nossa cidade, mas também uma cópia para o Brasil inteiro. Temos certeza que o Sr. Lair será convidado para falar outras vezes, no transcorrer desta audiência pública.

Tem a palavra o Sr. José Oliveira Justino, Presidente do Conselho Estadual de Assuntos da Pessoa com Deficiência.

O SR. JOSÉ OLIVEIRA JUSTINO – Bom dia a todos. Em nome do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, deixo aqui o meu testemunho sobre a importância e a iniciativa da Câmara Municipal de São Paulo. Um assunto recorrente, que faz parte do dia a dia de nossos conselhos, é a questão da acessibilidade em habitações de interesse social, que

atende a um público muito grande, uma maioria grande da nossa cidade e do nosso Estado, que são pessoas que têm um menor poder aquisitivo. Conseqüentemente, têm menores condições de estarem, por si próprio, construindo casas que possam ter previstas itens de acessibilidade. Assim, terão de recorrer a programas habitacionais, tanto do Governo do Estado, quanto do Governo Federal e governos municipais. A iniciativa desta Câmara vem atender a esse anseio muito grande da população que necessita do apoio desse programa habitacional, mas, ao mesmo tempo, deparam com situações que chegam a ser desesperadoras. Muitas vezes, conseguem uma unidade habitacional, mas a mesma não tem itens de acessibilidade, fazendo com que situações inusitadas possam acontecer, pelo fato de a família, muitas vezes, não ter acesso a determinados cômodos na casa em função da falta de acessibilidade. Com essa medida prevista, com certeza, esse tipo de problema será sanado, dando condições de cada pessoa ter, em seu recanto mais íntimo seu, o lar, onde a família reúne-se, o refúgio do dia a dia, condições completas de acessibilidade, usufruindo o imóvel em condições ideais.

Estou muito contente pela iniciativa deste projeto de lei. Parablenizo a todos que participaram ativamente desse projeto. Rogo que os Srs. Vereadores possam aprovar essa matéria, que vai atender aos anseios de uma grande parte da população paulista. Com certeza, esse projeto será copiado dentro do nosso Estado e do nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradecemos a presença do Sr. José Oliveira Justino, Presidente do Conselho Estadual de Assuntos da Pessoa com Deficiência Física.

Tem a palavra o Sr. Luiz Baggio Neto, nosso consultor em inclusão da União dos Vereadores do Estado do São Paulo.

O SR. LUIZ BAGGIO NETO – Srs. Vereadores, Dr. Lair e amigos presentes, este momento representa um marco importante e fundamental para as pessoas portadoras de

deficiência física. Na antropologia, na história, dizem que, em alguns utensílios e algumas pistas deixadas pelo homem representaram marcos civilizatórios, como a primeira fogueira, a primeira arma em bronze e o primeiro avião. A partir da existência dessas instrumentos, houve transformação na humanidade. Como pessoa portadora de deficiência, que milita nessa área e atua pela inclusão desse segmento da sociedade, digo que, no Brasil, essa população gira em torno de 14,5%, que tivemos no Brasil três marcos civilizatórios. O primeiro ocorreu na década de 1970. Estou falando da Emenda Constitucional nº 12, na Constituição absolutamente do Regime Militar, que dizia que pessoas com deficiência têm direitos à educação, ao trabalho e à saúde. Bastava. Isso foi um instrumento, para que lutássemos, por mais de dez anos, para que, na Constituição Cidadã de 1988, tivéssemos contemplados os nossos direitos à educação, ao trabalho e à saúde, mas também ao transporte, à moradia e a uma vida mais cidadã. Mesmo com o reconhecimento desses direitos fundamentais, pessoas com deficiência, durante muitos anos, durante décadas, lutaram contra o preconceito e a invisibilidade que sempre lhes foram dadas, porque pessoas com deficiência deviam ser tratadas por instituições que representassem seus interesses.

O terceiro marco civilizatório – eu diria – foi o Decreto 6243 que introduziu a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência como uma Emenda Constitucional. Hoje, a nossa Constituição tem um instrumento internacional que reconhece todos os direitos das pessoas com deficiência, inclusive o de morar como quer, com quem quer e da maneira que quiser.

Hoje, vejo que a Câmara Municipal de São Paulo, por meio de seus Vereadores, tem nas mãos a possibilidade de assentar mais um marco civilizatório: aquele que dirá que as Habitações de Interesse Social serão feitas, não para pessoas com deficiência, mas para todos os cidadãos, respeitando todas as suas necessidades, possibilidades e, sobretudo, a capacidade de poder dar a essas residências a possibilidade de serem habitações para toda a vida; porque irão prever, com os princípios do desenho universal adotados para o seu

planejamento e construção, que o homem a habite de ponta a ponta como criança, adulto ou idoso. Porque a acessibilidade não é apenas uma questão de facilitar, mas é respeito e garantia de dignidade ao ser humano em todas as condições.

Portanto, espero que, realmente, os Srs. Vereadores, num momento muito próximo, possam aprovar esse projeto de lei que é da maior significância para as pessoas com deficiência, mas, também, para toda a população que vai viver com mais dignidade e não mais em condições precárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradeço a presença e a colaboração, ao projeto 317/2010, do Sr. Luiz Baggio Neto, Consultor da Inclusão da União dos Vereadores do Estado de São Paulo.

Convido, para que façam parte da Mesa, a Deputada Estadual Célia Leão, do PSDB e o Dr. Marco Antonio Pellegrini, Secretário de Estado Adjunto dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Agradeço a presença da Deputada Célia Leão, prazer por sua participação aqui.

Tem a palavra a Dra. Adriana Lewinsky, da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura e do Instituto dos Arquitetos do Brasil, IAB.

A SRA. ADRIANA LEWINSKY – Bom dia a todos os presentes e componentes da Mesa.

Em poucas palavras, quero manifestar minha satisfação; depois de uma dedicação muito longa, como arquiteta urbanista, junto com uma série de colegas que se envolveram em um trabalho de mais de dois anos buscando regulamentar e tornar viável e operacional a questão da acessibilidade e do desenho universal para Habitação Social. Desenvolvemos o trabalho num grupo técnico, que se constituiu a partir de um decreto estadual da parceria estabelecida entre a Secretaria da Habitação e a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Esse trabalho gerou uma oportunidade muito valiosa de poder discutir questões, principalmente, sobre qualidade de vida no meio urbano. Hoje, temos um País com, aproximadamente, 75% da sua população vivendo em espaços urbanos, com um risco de perda de qualidade, de ganho de violência e de insegurança, extremamente, grandes.

A moradia não é só entendida como a unidade habitacional, mas o meio de convivência que extrapola a casa e se estabelece no bairro, na cidade, na sua vizinhança e nos seus relacionamentos e é o que se traduz como a grande oportunidade de construção de qualidade de vida no espaço urbano.

Então, essa lei, que se apresenta para votação, traz uma oportunidade profunda de tratar da qualidade de vida nos espaços urbanos da maneira mais democrática e ampla possível, que é de buscar por meio não só da acessibilidade, mas desse termo traduzido em desenho universal; - como o Dr. Baggio muito bem colocou - que é um conceito que busca lidar com a população da maneira mais longa possível, tratando das necessidades tanto do ponto de vista da ergonomia e das dimensões que estão à mão de uma criança, de um adulto, de um idoso ou de pessoas que tenham dificuldades físicas temporárias ou permanentes; trazer a sensação e a oportunidade para que essas pessoas se sintam cidadãos.

Poder admitir que, a partir do Poder Público, possa ser gerada uma oportunidade para que a produção da construção de cidades, a partir da habitação, tenha como meta a qualidade e a cidadania é, de fato, uma oportunidade, extremamente, grande e rica.

Manifesto minha satisfação, depois de um esforço muito grande, e tento sensibilizar a todos da importância até – diria – do poder cultural que uma lei como essa tem no sentido de poder mudar valores, de concepção do espaço, das relações, de entendimento das relações urbanas e o que acaba se traduzindo em qualidade de vida.

Parabenizo-os. Torço para que essa lei gere frutos muito grandes com relação à construção das nossas cidades futuramente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradeço a participação da arquiteta Adriana Lewinsky. Sem dúvida, suas colocações vão enriquecer muito.

Tem a palavra o Sr. Luiz Carlos Bosio, assessor especial da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência da cidade de São Paulo.

O SR. LUIZ CARLOS BOSIO – Nobre Vereador Toninho Paiva, agradeço a oportunidade de me manifestar, em nome da Secretaria da Pessoa com Deficiência de São Paulo, para louvar a iniciativa da Câmara de Vereadores e da Secretaria de Governo que estão, nos últimos anos, a par da questão da pessoa com deficiência do Município de São Paulo, buscando de todas as maneiras legais e institucionais minimizar as dificuldades.

No nosso trabalho na Secretaria, Vereador, temos várias atividades de atenção às pessoas, a nossa Secretaria é meio, portanto, não operacionaliza o trabalho. Ela gera ideias e projetos para que, principalmente, na área de Educação e Saúde se implementem ações a favor das pessoas com deficiência. Especificamente, na área da Habitação estamos desenvolvendo trabalho muito mais descritivo, de levantamento de informações junto ao Conselho Municipal da Pessoa Com Deficiência – que conta hoje com a grata presença da Sra. Gersonita Pereira de Souza, que vai se manifestar posteriormente. Então, identificamos a dificuldade com moradia, principalmente da população deficiente mais carente.

Esta iniciativa da Câmara Municipal de São Paulo, de certa maneira, vem minimizar essas dificuldades. Sabemos que são inúmeras, passam principalmente pela renda da pessoa deficiente porque algumas regras impostas não são facilitadores da vida das pessoas, porque muitos não têm renda suficiente para arcar com os compromissos que a legislação impõe para a moradia. De toda maneira, tudo que está sendo feito é absolutamente louvável, e a Câmara Municipal de São Paulo tem se empenhado demais em trabalhar na questão da pessoa com deficiência no Município de São Paulo. Temos uma forte certeza de que a partir de hoje muito há de mudar em nosso Município em relação à atenção das pessoas com deficiência. Isso passa sim pelo banco de atenções, exatamente como o Baggio afirmou, porque essas

peçoas, além da atenção do poder público, elas precisam de atenção social.

A geografia da cidade é difícil para um trabalho à acessibilidade. É uma cidade com quase 500 anos, é difícil. Tudo se fez em São Paulo a partir de 150 anos. Mais recentemente estamos no trabalho de atenção a essas pessoas, fazendo com que tudo, de uma certa forma, esteja sendo colocado sobre a mesa num banco de atenções facilitando a vida delas.

A questão da moradia é forte. Temos visitado principalmente a periferia da cidade, os prédios da Cohab, da CDHU. Muitas pessoas que estavam numa condição de mobilidade, Vereador, há três, quatro anos morando em segundo ou terceiro andar dos prédios, hoje entraram em deficiência ou mobilidade reduzida, muitas delas sem meios de se locomover dentro do prédio ou dentro da sua moradia. É uma situação de muita tristeza, de muita preocupação, mas estamos atentos.

A Câmara Municipal de São Paulo, sem dúvida, vai avançar na questão da aplicação da legislação, uma legislação que seja absolutamente acessível a todos, que premie de toda maneira a reivindicação das pessoas com deficiência no Município de São Paulo e aquelas que não têm deficiência, mas mobilidade reduzida, como é o caso dos idosos.

Louvo, em nome da Secretaria, todo o trabalho da Câmara Municipal de São Paulo e faço votos que a partir de hoje, corroborando com o que o Baggio afirmou, transforme-se no quarto marco de atenção à pessoa com deficiência no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradecemos a participação do Dr. Luiz Carlos Bosio, Assessor Especial da Secretaria da Pessoa com Deficiência, que tem prestado trabalho muito bom nesta cidade. A participação é importante para que possamos aprimorar o PL 317.

Tem a palavra a arquiteta Silvana Cambiaghi, Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade de São Paulo.

A SRA. SILVANA CAMBIAGHI – Bom dia a todos da Mesa, aos presentes.

Realmente, participar desta audiência pública, hoje, para mim é um marco em toda a história que eu tenho como arquiteta e como Presidente da CPA. Há muitos e muitos anos eu batalho por isso, pelo desenho universal que é fazer projetos, produtos e ambientes que possam ser usados por todas as pessoas, inclusive as com deficiência porque nos dias de hoje os nossos projetos são excludentes.

Recebi um e-mail interessantíssimo de uma amiga minha, a Flávia Cintra, que muitos de vocês conhecem, que foi ao teatro, com seus filhos, mas não conseguiu entrar. O filhinho dela de três anos perguntou: “Mãe, por que você não pode entrar? É proibido para a pessoa com deficiência, com cadeira de rodas entrar no teatro?” Ela respondeu: “Não, eu não posso entrar por conta do degrau”. Aí a Flávia voltou para casa, e o filho ficou com a mãe dela no teatro para ver uma peça que tinha uma fadinha. Quando o filho chegou em casa, ele disse: “Você não sabe o pedido que eu fiz, para que a fadinha tirasse todos os degraus da vida!” Essa história me comoveu tanto porque intuitivamente as escadas e degraus são um “não” para as pessoas que têm dificuldade de locomoção. E não só para as pessoas com deficiência, pois a melhoria desse projeto de lei é que está garantindo a qualquer pessoa que no percurso da sua vida venha a adquirir algum tipo de limitação, que já esteja morando em um determinado local que possa permanecer nesse local. Quem utiliza uma cadeira de rodas ou qualquer outro equipamento sabe que somos espaçosos. Necessitamos, para ir ao banheiro, para passar para a cama, para fazer as atividades da vida diária, de algum espaço a mais do que o normal. Infelizmente as habitações, por uma questão de mercado, estão diminuindo cada dia que passa, esquecendo que um número grande da população, que não são somente as pessoas com deficiência, mas que adquiriram alguma dificuldade durante um período da vida, precisa de espaços adequados para as atividades do dia a dia.

Então, esse projeto de lei tem importância tal porque é um resgate à cidadania das pessoas, para que possam, no mínimo, fazer atividade em suas casas.

Espero – e não é uma questão de sensibilizar – que seja verificado o que tem de

ser feito. Não é uma lei dizendo que a partir de 50 metros não é mais Habitação de Interesse Social que pode restringir inúmeras pessoas de habitar em suas casas e poder viver com dignidade.

Acredito que é isso. Espero que realmente consigamos que tudo seja feito com desenho universal.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) - Agradecemos a participação da Dra. Silvana Cambiaghi, cuja vivência do dia a dia nos traz essa experiência enriquecedora para o Projeto 317/2010.

Com a palavra a Sra. Guiomar Leitão, arquiteta do IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil.

A SRA. GUIOMAR LEITÃO – Bom dia a todos. É com muito prazer que estou aqui para representar o Instituto de Arquitetos do Brasil, no qual sou coordenadora de um grupo de trabalho sobre acessibilidade e sustentabilidade; e também o represento na Comissão Permanente de Acessibilidade, que tem a Silvana como presidente.

Para mim é muito importante tratar desse projeto de lei que envolve o desenho universal. Complementando aquilo tudo que já foi dito: é importante porque não é apenas garantir um espaço, mas garantir um acesso, de acordo com as normas técnicas, que permita alcançar uma tomada, uma janela, uma porta, que permita a pessoa circular por toda a sua habitação. Hoje, tem pessoas que moram e conseguem ir do seu quarto para a sua sala, mas não conseguem sequer circular dentro de sua casa, ir ao quarto de um filho, enfim. Todas essas barreiras estão sendo vencidas aos poucos. O conceito do desenho universal é muito forte e está ligado à sustentabilidade, que, do ponto de vista da acessibilidade, significa uma habitação que seja para a vida toda, porque a pessoa nasce, vive e envelhece na sua mesma habitação; principalmente na habitação de interesse social, em que a pessoa não tem a condição de ficar se mudando. Hoje a gente gosta mais desse apartamento, vamos para outro,

e assim por diante, mas a pessoa que não tem essa condição vai viver por um período muito mais longo dentro da sua habitação. Ela vai receber parentes idosos... Enfim.

Então esse conceito do desenho universal, no escopo dessa legislação, é muito importante, e remete também à questão urbana, que é algo sobre o que temos de pensar um pouco mais, e que vai além dessa portaria, porque não é apenas oferecer uma habitação num condomínio acessível, mas garantir que esse condomínio esteja implantado, e em condições de receber um transporte adequado e também acessível, com calçadas acessíveis. Temos de garantir a mobilidade, porque, sem mobilidade urbana, que está dentro desse conceito de desenho universal, a pessoa também não consegue evoluir, não consegue ter acesso à educação, ao trabalho. Mesmo que hoje seja possível desenvolver tudo isso dentro de casa, ainda assim a pessoa tem necessidade de convívio, de lazer, de ir ao teatro, de ir às compras, de ir ao cinema. Isso é muito importante. Espero que nunca mais falemos em habitação acessível, mas que, daqui por diante, quando essas tipologias estiverem sendo construídas, perceba-se que todas as pessoas têm esse direito igualmente, e que todas as tipologias serão desenhadas para atender todas essas pessoas durante a sua vida toda. Então não teremos mais de fazer essa distinção com alguém que tem uma necessidade.

Nós, do Instituto de Arquitetos, tivemos o prazer de desenvolver, no ano passado, um concurso de tipologias com o Dr. Lair. Foi um sucesso. Foi muito importante, porque levou esse pensamento para o resto do Brasil. Tornou-se um marco para a Prefeitura de São Paulo, para a Cidade. Parabéns aos senhores, nobre Vereadores. Espero ver isso vigorando.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva - PR) – Agradeço a participação da arquiteta Guiomar Leitão, e sua contribuição, para enriquecer e melhorar o projeto.

Quero informar que esta audiência pública, que está sendo gravada pela TV Câmara São Paulo, será reprisada na íntegra. E as notas taquigráficas estarão disponíveis para todos aqueles que solicitarem, inclusive para os Srs. Vereadores, para que tomem

conhecimento das sugestões feitas na audiência pública.

Tem a palavra o Sr. Flávio Scavasin, da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O SR. FLÁVIO SCAVASIN – Primeiramente, cumprimento toda a Mesa, na pessoa do Presidente Toninho Paiva, demais Srs. Vereadores e público presente. É com muita satisfação que vemos essa iniciativa da Câmara no que se refere à habitação de interesse popular com acessibilidade.

Mas, antes de tocar nesse ponto, nós, que militamos na área da pessoa com deficiência, às vezes fazemos o papel de escorpião: somos convidados para um lugar, somos muito bem recebidos, o assunto interessa, tem mérito, mas há questões que devem ser suscitadas. Assim como a Silvana citou a Flávia Cintra, que não conseguiu entrar no teatro, quero registrar que esse auditório, por não ter intérprete de Libras, não permite que uma pessoa surda acompanhe a sessão. Temos uma colega surda entre nós. Inteligentíssima, militante, que lê muito sobre o assunto e tudo o mais, mas que não está acompanhando absolutamente nada. Ela nem está sabendo que eu estou falando isso aqui agora, e está aqui presente. Às vezes as pessoas, ao lado, acabam passando alguma coisa para ela, e até acabam, por isso, perdendo trechos do evento. Então gostaria que constasse essa observação: que todas as sessões, independentemente de haver ou não pessoa surda presente, tenham intérprete de Libras. Até porque a pessoa surda, quando chega, às vezes tem dificuldade de comunicar essa necessidade. Então, independentemente de ter pessoas surdas presentes, que tenham sempre intérpretes de libras nas salas. Aliás, o ideal seria que houvesse estenotipia. Aí é uma questão de analisar, na Câmara, como isso seria possível.

Quanto à necessidade de ter acessibilidades nas residências, eu imagino que, mesmo a pessoa que não tenha deficiência, possivelmente tenha alguém da família, ou alguém próximo, que tenha passado por uma fase temporária de deficiência, e que sequer conseguiu usufruir a própria residência em que mora. E é uma necessidade que, às vezes, causa

constrangimentos muito fortes. Já presenciei isso com pessoas idosas, que, às vezes, precisam ser carregadas por outras pessoas, porque a cadeira não passaria pela porta ou por determinado local. E isso, muitas vezes, cria situações de conflito familiar. Às vezes a pessoa se torna até um estorvo dentro da própria residência, justamente por não ter acessibilidade.

Então essa iniciativa nas habitações de interesse popular por parte do Estado certamente vai motivar a indústria imobiliária a promover essa questão. Eu tenho parente – infelizmente um pouco mais distante – que faz habitações populares para locação e venda, tudo o mais, e se não tiver esse modelo por parte do Estado, fazendo habitações com acessibilidade, ele não vai fazer habitações com essa acessibilidade também. A mentalidade dele é essa. Ele não vai querer ficar por baixo ou fazer menos do que o que o Estado faz. Então isso é fundamental para que essa iniciativa se multiplique em outros rincões, em outras habitações. Essa questão, no fundo, como falei da questão da pessoa idosa às vezes se transformar num estorvo, a pessoa com deficiência, certamente vai influenciar na qualidade de vida, e, às vezes, até desencadeia situações de violência familiar. Então a importância de haver habitação de interesse popular com acessibilidade vai muito além do que possamos pensar num primeiro momento. Uma pessoa com deficiência tem o mesmo direito das outras de visitar e ser recebida por seus vizinhos, participar de festas nos demais apartamentos, enfim, ela tem de saber que ela vai a algum lugar e conseguirá conviver normalmente com as outras pessoas.

Essa é a posição que gostaríamos de deixar registrada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradecemos a participação do Sr. Flávio Scavasin. Em boa hora o senhor falou a respeito do interprete para as pessoas com deficiência auditiva. Sem dúvida, juntamente com o Vereador Claudio Fonseca, levaremos o seu registro ao conhecimento do Presidente desta Casa e, com certeza, sanaremos essa falta.

Tem a palavra a Sra. Gersonita Pereira de Souza, Presidente do Conselho

Municipal da Pessoa com Deficiência.

A SRA. GERSONITA PEREIRA DE SOUZA – Bom dia a todos. Saudações a Mesa. É um prazer falar em nome do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. As pessoas que fazem parte do Conselho andam a cidade de São Paulo e recebem todas as demandas de todas as áreas.

A problemática da habitação é muito discutida no Conselho. Há por volta de 300 pessoas com ficha conosco que necessitam de casas. Muitas delas se deparam com a questão da acessibilidade e não se encontram muitas habitações para esse tipo de pessoa. A maioria das pessoas estão há 7 ou 8 anos esperando por uma residência. Há casos de pessoas que não têm onde morar, perderam a família. Às vezes, as pessoas da família morrem e fica a pessoa com deficiência sozinha na cidade e não temos o que fazer com elas. Não sabemos o que fazer com essas pessoas. Não temos para onde encaminhá-las.

A questão da habitação na Cidade é bem complexa e gostaria de deixar registrada para que pensássemos em uma solução para onde encaminhar essas pessoas ou um local que pudesse cuidar delas. São pessoas que não têm mais família e não sabemos o que fazer com elas. A questão da habitação na cidade de São Paulo é uma coisa muito séria mesmo e gostaria de deixar registrado para que pensássemos para ter para onde encaminhar essas pessoas.

Li e gostei muito do projeto, tomará que ele seja aprovado para contemplar essas questões, porque temos n problemas. Se conseguirmos aprová-lo, estaremos minimizando o problema, diminuindo a fila que temos de pessoas que nos procuram. É uma boa iniciativa e parabênizo.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradecemos a participação da Sra. Gersonita Pereira de Souza.

A próxima pessoa inscrita é o Sr. Atílio Piraíno Filho, Consultor Legislativo do Secovi, Sindicato da Habitação.

O SR. ATTÍLIO PIRAÍNO FILHO – Bom dia aos Vereadores Toninho Paiva, Presidente desta sessão; Claudio Fonseca; Deputada Célia Leão; sempre Secretário Lair Krähenbühl, em nome do Secovi venho cumprimentar a Casa por essa iniciativa. Realmente, há muitos anos e em uma das experiências pioneiras em São Paulo, tive a oportunidade de participar com o Dr. Lair, na Secretaria, na implantação das primeiras ações.

Naquela época, usavam-se termos totalmente diferentes e as pessoas encaravam de forma muito diferente. Quando tentávamos falar sobre acessibilidade, éramos criticados e diziam que isso só geraria despesas.

Hoje, notamos que as grandes empresas - e falo em nome do Secovi - todas elas, já estão tentando trabalhar e adaptar os seus empreendimentos à questão da acessibilidade ou, melhor, o termo correto seria desenho universal. Temos, hoje, grandes empresas já fazendo isso espontaneamente. Na questão da habitação social foi a Prefeitura de São Paulo que, num primeiro momento, tomou a iniciativa.

A mensagem seria esta: continuar tudo o que já foi feito e espalhar isso para outros estados onde notamos que ainda há muitas dificuldades na implantação do desenho universal. As pessoas têm vindo a São Paulo buscar esse tipo de projeto.

Foi citado pela arquiteta Adriana Lewinsky – nos participamos desse grupo com o arquiteto Rogério Romero, onde se tem trabalhado muito e difundido no Secovi e nos vários grupos de trabalho que discutem o assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradecemos a participação sempre importante do Dr. Attílio Piraíno Filho, representante do Secovi, o nosso grande sindicato da habitação.

Registramos a presença do Presidente José Police Neto, da Câmara Municipal de São Paulo, acompanhado dos membros da sua Mesa, os Vereadores Claudio Prado, Atílio Francisco, Ushitaro Kamia e Adolfo Quintas. É uma alegria ter a presença dos senhores.

Tem a palavra o Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Serei muito breve, meu amigo Vereador Toninho Paiva. Quero elogiar a forma de condução dos trabalhos. Estamos na reunião da Mesa desde às 9h e acompanhamos parte desta audiência pela transmissão que temos via *web*. Para aqueles que não sabem, esta audiência vem sendo transmitida para o mundo inteiro. Esta é uma das questões fundamentais: o debate sai da Casa e invade o território paulistano, paulista e aqueles outros que puderem nos acompanhar.

Agradeço a Deputada Estadual Célia Leão que se soma a este esforço da Capital na discussão importante do desenho universal. Agradeço aos colegas de Administração Municipal e Estadual pelo esforço. Agradeço ao sempre Secretário de Habitação Lair que vem dar uma contribuição histórica, queremos muito que o senhor esteja sempre conosco nas discussões e desenvolvimento da Cidade. Agradeço a presença das representações de associações, sindicatos que também se apresentaram ao debate. Essa é uma questão que revigora a importância do Parlamento no diálogo com a sociedade.

Esta é a segunda audiência pública que realizamos neste ano, mas a primeira que usamos o sistema de transmissão ao vivo. Há um caráter de símbolo nela, pois da mesma forma que buscamos a universalização do acesso a partir do desenho, universalizamos o acesso às pessoas das novas práticas do Parlamento no diálogo com a sociedade.

Creio que os senhores nos ajudarão para, no dia de amanhã, pautado o projeto na Ordem do Dia da sessão extraordinária, consigamos levar ao entendimento de todos os parlamentares a importância que tem o desenho universal, desta alteração do padrão que acaba por enfrentar um histórico de tipologia da pobreza que aceitávamos nas nossas unidades para a baixa renda.

O Secretário Lair teve uma importância fundamental no Estado para isso. O nosso esforço é em oferecer em legislação para todos, não só esforço de um governo, mas o reconhecimento de políticas de estado que isso passa a ser uma verdade. Faremos esse

esforço.

Contem aqueles que vieram a esta Casa absolutamente aberta a esses debates. Agradeço pessoalmente ao nobre Vereador Toninho Paiva, Vice-Presidente da Comissão e que tem um papel importante neste processo.

Agradeço ao nobre Vereador Claudio Fonseca que, desde o princípio, foi entusiasta desta matéria. Em seu gabinete, há hoje uma cadeirante que o obriga a pensar nisso em todos os momentos, embora já o fazia antes, mas acabou por levar para seu gabinete uma cadeirante e fazer com que a Casa observasse cada um desses padrões.

Logicamente que houve na Casa uma pequena transformação por conta da ex-Vereadora Mara Gabrielli, que estimulou a ser um Parlamento mais atento não só quanto ao seu comando interno, mas também à estrutura dos espaços de convívio da Casa e também para um olhar mais forte ao que acontece do lado de fora da Casa, que muitas vezes fica obscuro aos nossos trabalhos.

Então, agradeço a todos os presentes, e convido-os a voltarem mais vezes aos debates, para dialogar com o Parlamento e buscar a boa compreensão, que nem sempre é aquela que achamos, mas aquela com que todos contribuiriam, portanto, importante a todos os cidadãos paulistanos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradecemos as importantes palavras do Presidente José Police Neto, que veio colaborar juntamente com a Mesa.

As palavras do Dr. Flavio Scavasin trouxeram colaboração, com certeza, com razão. Precisamos de intérprete na área da deficiência auditiva. Sei que V.Exa. e os membros da Mesa providenciarão isso.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Respondendo à boa provocação do nobre Vereador Toninho, há dois processos correndo paralelamente. Um deles já pode ser anunciado hoje: a partir do dia 01 de março, a Casa passa a contar com uma central de Libras, que não tinha por

uma deficiência nossa – se tem que se comunicar, tem que se comunicar com todos - para que haja 100% de acessibilidade e de boa comunicação com o cidadão.

Além disso, estamos nos esforçando para que a nossa transmissão de TV, não a da *web*, também passe a ter um intérprete de Libras, o que deverá acontecer a partir de abril.

O que acontece nesta Casa será comunicado a todos, mas se há restrições do que é feito aqui dentro, talvez possa melhorar com a ampliação da comunicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Parabéns por mais esse avanço, essa conquista da Câmara Municipal de São Paulo, na pessoa do Sr. Presidente e dos demais membros da Mesa.

Tem a palavra o nobre Vereador Claudio Fonseca.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sr. Presidente, cumprimento pela realização desta audiência pública, porque em poucas oportunidades há representação tão ampla para discutir projetos de interesse da Cidade.

Recebemos representantes do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência; do Instituto dos Arquitetos do Brasil; da União dos Vereadores do Brasil, do Dr. Lair Krähenbühl, Secretário de Habitação; e de arquitetos, que aqui falaram com interesse de oferecer à população uma vida melhor e um ambiente urbano a garantir acessibilidade, mobilidade, inclusão, que é o que estamos tratando no dia de hoje, não é somente a possibilidade de vencer algumas barreiras arquitetônicas, mas é proporcionar às pessoas viverem em ambientes acessíveis, que garantam a mobilidade e qualidade de vida.

Estava comentando com o Dr. Lair Krähenbühl que, provavelmente, a Cidade de São Paulo está com referências muito mais positivas do que os demais municípios brasileiros, inclusive alguns estados, com relação à acessibilidade e mobilidade.

Observei que todos os que se manifestaram aqui não reduziram o debate simplesmente às habitações de interesse social. Mesmo aquelas que não se classificam assim,

que não estão nessa tipologia, muitas vezes vemos que os imóveis são oferecidos sem essa preocupação, mas é um bom começo.

Foi dito aqui inclusive pela representante do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, nós temos aqueles que possuem algum tipo de deficiência, são também os que encontram maiores dificuldades do ponto de vista econômico e de aquisição, inclusive de um imóvel acessível que assegure mobilidade interna.

O projeto de lei, do Executivo, chega a esta Casa com uma contribuição extraordinária do Dr. Lair Krähenbühl, e é acolhido pelo Legislativo.

O nobre Vereador Toninho Paiva também está muito envolvido e interessado nessa questão, tanto que chamou atenção do Presidente da Casa em relação à falta de comunicação, requerendo um tradutor de Libras para esta Casa. E a Câmara Municipal está afeita a esse tema.

Esta audiência pública é bastante representativa, e temos urgência na votação desse projeto. Acho que seria necessária a presença de mais Srs. Vereadores para ouvir os argumentos apresentados aqui, e observem que foram poucas as sugestões de alteração do projeto original. Isso revela que aqueles que leram o projeto veem urgência de votá-lo.

O Dr. Lair falou que, caso o projeto seja aprovado, há projetos habitacionais do Governo do Estado e do Município, e também o Minha Casa, Minha Vida, por meio do qual podemos imediatamente beneficiar praticamente 5 mil novas moradias. Não é uma quantidade pequena. E não podemos deixar que essas moradias sejam construídas sem esse conceito de desenho universal. Portanto, há urgência.

O substitutivo que foi elaborado pela Comissão de Política Urbana apresenta uma pequena alteração em relação ao art. 46 da Lei Orgânica do Município quanto ao quórum estabelecido para votação, mas creio que conseguimos contornar isso.

E faço apelo aos Srs. Vereadores para que não encerremos o mês de fevereiro, primeira quinzena de março, sem votar essa importante matéria, que será uma indutora de

outras políticas de inclusão, de mobilidade, de acessibilidade, transformando a Câmara num referencial positivo para o Brasil todo.

Cumprimento os membros da Mesa; a Deputada Célia Leão, que desenvolve um trabalho extraordinário na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; o Sr. Ronilson, da Secretaria de Finanças, que falará sobre o outro projeto de lei do Minha Casa, Minha Vida, relativo a tributos, para que possamos discutir o programa habitacional na cidade de São Paulo; e todos os demais que já falaram: Srs. José Oliveira Justino, Luiz Baggio Neto, as duas arquitetas do IAB, Luiz Carlos Bosio, Dra. Guiomar, Dra. Silvana, Flavio Scavasini, Gesonita, etc.

Com certeza, nós nos empenharemos muito para que esse projeto seja votado com a urgência que merece, para sua aprovação; e que possamos promover na Câmara Municipal mais discussões sobre o desenho universal, inclusão, mobilidade e acessibilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradecemos as palavras do nobre Vereador Claudio Fonseca, interessadíssimo, que participa desse segmento e dos demais segmentos na Casa, principalmente na área da educação.

Tem a palavra o Sr. Marco Antônio Pellegrini, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

O SR. MARCO ANTÔNIO PELLEGRINI – Bom dia. Agradeço ao Presidente da Mesa, nobre Vereador Toninho Paiva, pela oportunidade de estar aqui e pela palavra concedida. Cumprimento também o nobre Vereador Claudio Fonseca, que acabou de se manifestar sobre o compromisso da Casa com esse projeto.

Quero falar ao Dr. Lair de como é gratificante ver que ele que começou esse processo dentro do Estado e recebeu isso lá, demandou todo o tipo de esforço e se envolveu profundamente com isso e que continua cumprindo esse compromisso, porque não fazemos leis, não fazemos decretos, nós implantamos políticas, fazemos funcionar; esse é o grande

desafio.

Quero dizer como a Secretaria vê isso e qual a importância desse processo para nós. Tivemos no ano passado uma parceria com a UVESP, que está aqui representada pelo Luiz Baggio Neto, numa caravana que rodou pelo Estado e que a Deputada nos honrou com a presença, com sua participação em quase todas, engrandecendo nosso evento, levando o assunto da inclusão, da cidadania, da importância disso.

O que estamos fazendo nesta Casa é levar esse exemplo, é tirar as ações do papel e colocar em prática e contribuir. Este ano serão 16 encontros que vamos ter em todo o Estado e vamos levar o exemplo desta Casa. Não estamos resolvendo o problema do Município de São Paulo, mas estamos levando uma solução que possa tornar realidade para as pessoas uma vida melhor e dizer que isso é possível.

O Dr. Ronilson, que aqui representa a Secretaria de Finanças, sabe do impacto que isso tem, e sabe que custa muito mais caro as pessoas não poderem viver condignamente, não poderem ter suas casas, não poderem exercer sua cidadania, do que pode vir a custar eventualmente um aumento de área. Custa mais caro para as pessoas não terem de fato a chance de viver, porque a gente nasce e morre e o que tem no meio é a vida da gente. Não importa o que veio antes, nem o que virá depois. É neste momento que temos de ter conforto, satisfação em receber amigos, usufruir um espaço, de poder estar de fato tendo a oportunidade de ser pai, mãe, filho, amigo e de conviver bem, por isso a casa da gente tem essa importância.

O que esta Casa está fazendo é muito importante, ou seja, levar esse processo a frente, efetivar isso e dar o exemplo de que é possível sim. É um paradigma importante, que altera de fato, ainda que haja uma série de situações a serem resolvidas para que isso aconteça, mas é possível. É isso que estamos divulgando, assim como também estamos divulgando o que o Presidente falou há pouco, de que é possível sim ter interpretes de Libras para atender a todos, veicular informação com acessibilidade para as pessoas poderem fazer parte.

Esse protagonismo é o nosso lema: “Nada sobre nós, sem nós”, antes eram as pessoas com deficiência somente que levavam isso a frente, tínhamos que nos virar e fazer acontecer para conseguir qualquer tipo de avanço. Hoje não somos só nós, pois já faz parte do Legislativo e de todos os Vereadores, não só dos que possuem deficiência, mas de todos os gestores públicos, de todos os Deputados, não só dos que têm filhos com deficiência. Ou seja, faz parte desse conjunto, desse grande condomínio que somos. Faz parte de cada um dos senhores.

Temos o Presidente do Conselho, a Presidente do Conselho Municipal, a nossa ícone, no que diz respeito à arquitetura, que é a Silvana Cambiaghi. Não somos somente nós que fazemos mais, é todo mundo que faz e essa unidade é que de fato traz resultado. É um avanço civilizatório que concretiza políticas e atende a população e esse deve ser o nosso papel como gestores públicos e legisladores.

É muito gratificado que cumprimento os senhores por conduzir esse processo, e tornar isso um fato, uma realidade. Esse é o papel que esperamos do Legislativo e que vimos desempenhando enquanto gestor público para que as coisas de fato aconteçam. Cumprimento todos que estão, contribuindo, colaborando e que se aliaram a nós. O fato de hoje eu estar como Secretário Adjunto é uma decorrência de uma situação de vida, de algo que aconteceu e de uma militância que é o que traz vocês aqui – o Baggio, a Silvana, a Geni, quem tem deficiência. E de fato hoje nos vemos contemplados, recebidos, que vemos acontecer. É muito diferente o que vivemos cinco, oito, dez atrás do que vivemos neste momento. Agradeço aos senhores e parabêniso. Vamos levar isso a todas a caravanas e conto com a Deputada Célia em todas nossas caravanas. Foi um brilho engrandecedor para todos, sua participação e estar de novo conosco, e levar esse exemplo Dr. Lair da Câmara, nesse resultado que vimos alcançando.

Era o que eu tinha a trazer para a nossa atividade de hoje. Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradecemos pela participação importante, profunda, pelo exemplo de vida que nos dá o Dr. Marco Antonio Pelegrini. Sua experiência, sua vivência dia a dia vem ilustrar esta audiência pública.

Quero anunciar a presença do nobre Vereador Juscelino Gadelha.

Com a palavra a grande Deputada Estadual, no sexto mandato, com um trabalho gratificante para o Estado de São Paulo, enraizado pelo Brasil afora, Deputada Célia Leão.

A SRA. CÉLIA LEÃO – Obrigada, Sr. Presidente da mesa, que nesta manhã, novamente marca e escreve mais um pedaço da história de São Paulo por meio da visão, do trabalho da Câmara Municipal de São Paulo.

Vou, de forma muito breve, iniciar minhas pelo final da fala do meu querido Marco Pellegrini, nosso Secretário Adjunto. Com todo o respeito à Dra. Linamara, nossa Secretaria de Estado já na segunda gestão – Governador José Serra e agora, com o Governador Geraldo Alckmin, reconvidada -, costumo dizer que o Secretário é o titular e o adjunto, com as mesmas funções, obrigações, responsabilidades e certamente tem de ser com o mesmo compromisso; e tudo isso sintetizo na figura do Marco Pellegrini.

Mas quero começar pelo final de sua fala, quando ele diz que hoje nós falamos, temos participação direta. Como ele disse da Elzinha - que sempre chamo "Elzinha do Ruizinho" quem conhece as histórias de 20, 30 anos passados, sabe do que estou falando -, ele não tinha duas pernas e ela ficou com quatro: as duas dele e as dela. Aí ele foi morar em outro planeta - obviamente contra a nossa vontade - e ela continuou na causa. Essas coisas é que marcam história.

Então queria pegar a fala do Marco e dizer que nada é sobre nós sem nós e hoje tudo sobre nós com muita gente; não sei se é com todo mundo, mas é com muita gente. Desfilaram, no bom sentido, neste plenário, mais de 50 pessoas. Acabaram de sair daqui os Vereadores Police Neto, Ushitaro Kamia, Adolfo Quintas; estão aqui ainda os Vereadores Juscelino Gadelha, Atilio Francisco; outros vereadores estão em outras salas fazendo reunião

de mesa, de pauta. Sabemos que segunda-feira começa muito quente; mais que a sexta-feira que termina quente, hoje começa efervescente. São vereadores que estão nos seus gabinetes ou em reuniões, mas que têm o tempo e o compromisso de passar aqui e trazer não só novidades que são aplaudidas, mas novidades necessárias.

Quando cheguei, disse-me o Ronilson que eu só perdi, talvez, a fala do Justino, que conheço na íntegra, mas sempre é bom poder ouvir mais, porque aprendemos cada vez que o Justino fala, nosso presidente do Conselho Estadual e meu professor na Assembleia Legislativa de muitas causas e questões. Deus faz as coisas certas sempre, independente de religião, da fé de cada um, mas Deus faz as coisas muito certas, por isso temos duas orelhas e uma boca. É muito bom ficar ouvindo cada um, além do discernimento das pessoas que antecederam, além da competência na atividade que cada um tem como missão e como tarefa, ouvindo os sentimentos das pessoas que se transformam em palavras e certamente essas palavras se transformam em ação concreta - já em um passado recente ou num passado longínquo e num presente atuante, porque estão aqui, senão não estariam, não fariam presença. Ninguém aumenta salário por estar aqui e nem ganha nenhum presente no bingo por estar aqui hoje e não tem nenhum almoço. Então isso é compromisso.

Falou aqui - fiquei prestando atenção -, do Secovi, o nosso querido e sempre Dr. Atílio; o Flávio que trouxe uma manifestação seria e dura, e nem sempre é muito fácil cobrar em uma casa Legislativa esse tipo de postura. Depois vem o presidente junto com os Vereadores e nos diz que essas coisas vão acontecer a partir de março e a outra da televisão a partir de abril. Mas é verdade, às vezes da porta nossa casa, dentro da nossa casa, não temos todo tipo de acessibilidade que é direito constitucional estadual, municipal, com as constituições municipais etc.

Ouvi o Flávio, o Atílio, a Guiomar, como Instituto de Arquitetura, o Baggio - quando cheguei ele estava começando a falar com essa clareza de ideias, de conhecimento de uma causa -, o Luiz Carlos Bosio, a Silvana, - muito jovem e muito bonita, mas veio junto com Dom

Pedro I, e Pedro Álvares Cabral para essa causa, porque antes de eu chegar ela já estava; se bem que ela é mais nova do que eu. Ou seja, pessoas que vem junto com a história, A Adriana que falou com um sorriso o tempo todo - sorriso é alegria, é conquista. A Gersonita que traz, além da questão da unidade habitacional, que é a discussão de hoje, a angústia de ver outras questões próximas da unidade habitacional sem solução: para onde as pessoas vão quando a família morre, como é que fazemos isso, onde colocamos. Claro que temos de chamar outras ações de outras secretarias, como Ação Social, aquela que vislumbra a questão da ação social, ou de Habitação, ou de Transporte, ou de Saúde, porque essas pessoas, que somos nós, de alguma forma também vão precisar de outras ações, de outras secretarias. O Justino, de quem já falei.

Enfim, vejo nesta mesa pessoas como o Vereador Toninho Paiva, que preside e que tem a ver com essa história; o Vereador Cláudio, que acabou de nos falar com esse compromisso todo; o Juscelino Gadelha, que chegou agora e não veio só para fazer número ou para fazer carinho e média - não existe isso, é o compromisso; o sempre Secretário Lair, para mim ele é ícone, história, compromisso, é um homem, do ponto de vista sócio econômico, familiar, profissional, absolutamente bem resolvido na vida e ficamos feliz por isso. Que bom se pudéssemos falar que todas as pessoas estão na condição do Dr. Lair, homem que, entre aspas, não precisava estar aqui hoje nem passar pelas maravilhas e também angústias que ele passou na Secretaria como homem público. Mas por outro lado posso dizer, Secretário, que precisava. Sem pessoas como o senhor não alcançamos outros patamares que precisamos. O Ronilson que vem das finanças, que bom. Não queria ver aqui só gente de Habitação, porque sem recurso não saímos do lugar.

Essa é uma verdade absoluta, Secretário, e o chamarei assim, pois não importa se é adjunto ou pessoa que colabora com o titular.

Quando queremos priorizar uma área, seja qual for, na atividade municipal, estadual ou federal, no Executivo ou Legislativo, ou há recurso ou não estão priorizando. Isso é

uma verdade absoluta, Flávio. Ou colocamos algo, ou só com oração e fé - que é importante também - não sairemos do lugar.

Hoje, vemos sentados a uma mesma mesa pessoas da Habitação, da Finanças, do Executivo Municipal, de Secretaria Estadual, da sociedade organizada em instituições ou associações, quer seja engenheiro, arquiteto, conselhos municipal ou estadual. Representa a sociedade, se não toda, parte dela, mas grande parte dela, para sermos mais otimistas, já participando, E alguém disse – não sei se foi o Secretário - diferente de dez anos atrás.

Quero transportar um pouquinho, já que com carinho e humildade o Vereador Toninho nos coloca com o compromisso de termos, nessa atividade de vida política, seis mandatos, eu arriscaria aumentar esses dez anos. O que conheço na prática, são 37 anos no dia a dia. É algum tempo que nos dá a obrigação de todos os dias aprender mais um pouco. Estamos longe de saber tudo, mas existe o compromisso de estarmos vigilantes todos os dias.

Hoje é um dia, como regra, em que deputado do interior – com todo o respeito a minha Campinas, que lá a placa de “interior” é depois da Cidade, senão o povo de lá fica bravo -, mas segunda-feira é dia em que deputado do interior não vem para a Capital. Até porque vir para a Capital é muito chique, é muito elegante, muito bacana. Por quê? Porque fica lá para atender bases, demandas, o que parece corriqueiro, mas é o verdadeiro.

Na quinta-feira, se não me engano, recebi um telefonema do Baggio daqueles assim: você tem direito de escolher, ou vai na segunda-feira ou vai na segunda-feira. Certamente já havia compromissos importantes na nossa agenda e que merecem respeito. Ontem liguei para ele. Estava voltando de uma viagem ao Guarujá. Estava trabalhando há três dias em um congresso muito interessante. Liguei para ele para sentir se poderia faltar hoje; foi com esse espírito absolutamente verdadeiro, Adriana. Pensei que ele respiraria e diria: “Tudo bem” Ele não respirou nem disse “tudo bem”, e estou aqui. Deixei outros compromissos importantes também, mas não dava para faltar, porque essa questão – não só por estar sentada nesta cadeira há 37 anos -, é uma luta, uma trajetória, uma discussão que deve ser de

todos.

Termino me reportando ao exemplo desse seminário de que participei. Fui muito estimulada, pois ouvimos a outra parte da sociedade – que a gente não pode deixar nunca nenhuma parte -, de empresários bem sucedidos, com suas grandes empresas, com 600, dois mil, cinco mil funcionários, as Amil da vida, as Vivos da vida, as Oi da vida, que têm muitos funcionários, e acabamos atingimos milhares de pessoas indiretamente.

Um desses empresários, na hora do lazer, jogando futebol, quebrou a perna, no sábado. Com a condição que tinha – a nada ruim que seja assim, Deus abençoe -, conseguiu se transportar de helicóptero até um hospital de São Paulo, cuidou do que era possível antes de uma cirurgia e voltou ao evento – vai fazer uma cirurgia na quarta-feira. É outra condição socioeconômica, essa questão não está em discussão agora, mas o que interessa contar para vocês é que ele voltou numa cadeira de rodas. Sem ser sádica e com muito respeito à sua dor e ao seu machucado, foi muito bom que tenha voltado de cadeira de rodas para um hotel em que não havia muitos quartos adaptados e dois já estavam ocupados. Eu falei: “Agora o senhor faz xixi só na segunda-feira, lá na sua casa, se for adaptada” – brinquei com ele, com todo o respeito.

Então não é preciso que todos da sociedade, nem os Vereadores da Casa, nem os Deputados Estaduais ou Federais, Governadores, Presidente sofram algum tipo de deficiência para sentir na pele e atuar a respeito dessa questão, mas quando algum deles – não é praga, não - esporadicamente passa por alguma dificuldade, nunca é de todo ruim, porque a gente vê que acontece com todo mundo, a qualquer dia e hora. Então temos de morar e beber em uma casa nossa, por escolha ou no limite socioeconômico da compra, e poder crescer nela, casar e continuar morando nela se quiser e envelhecer na mesma.

É muito bom que essas unidades habitacionais de interesse social estão planejadas para serem maiores e para todos. É por isso, Luiz Baggio, que por uma causa maior e pelo seu carinho estamos aqui. Não poderíamos imaginar, há 40 anos, arquitetos, engenheiros,

médicos, legisladores, governadores ou presidentes pensando nesse assunto - era óbvio, mas não tinha. Só foi ter devido às Constituições de 88, 89 e 90. E, para chegar nessas Constituições, muita gente da rua, do dia a dia, foi sentindo na pele, batendo panela, gritando, precisando, comunicando, juntando, e nós chegamos aqui.

Devolvo a palavra ao Sr. Presidente Toninho dizendo que essa tarefa deve ser de todos nós. E moradia, sobretudo; transporte, lazer, turismo, tudo é importante. Tudo é importante e deve fazer parte da vida da pessoa com deficiência, mas habitação sobretudo, Sr. Secretário. Habitação é onde temos endereço, CEP, nos abrigamos do sol e da chuva e, mais do que isso, onde temos dignidade. “Onde você mora?” Não é debaixo da ponte; não é numa clínica de idoso, se você tem 18 anos; não é em hospital psiquiátrico - que nem existe mais hoje, segundo a nova legislação nacional para hospitais psiquiátricos, mas há muito pouco tempo os jovens deficientes moravam em clínica de idosos ou asilos; em hospitais psiquiátricos moravam deficientes que só tinham deficiência física. Por quê? Porque, Gersonita, não tinha onde morar, então enfiava em qualquer canto que pudesse abrigar. Hoje o deficiente tem o direito e a sociedade tem obrigação de garantir moradia para todos, sobretudo e inclusive para nós que somos ou para aqueles - sem nenhuma praga - que possam vir a ser deficientes; isso é uma obrigação do poder público.

Sr. Presidente desta Mesa e desta Casa, contem conosco da Assembleia; grandes autoridades do Estado e Município, público presente – que também são grandes autoridades, porque tecnicamente estudaram, aprenderam e sabem onde aperta a porta – não é o calo -, a rampa, a janela, o interruptor do elevador; na hora em que apertar algo que a gente não saiba, a gente chama essa sociedade que estudou, aprendeu e está aí sobretudo para nos ajudar também.

Muito obrigada. Uma salva de palmas a esse projeto de lei. Que seja aprovado e garanta espaço para todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradecemos muito a Deputada Célia Leão, cuja experiência e dignidade nos mostram o porquê de ser sempre reconduzida à Assembleia Legislativa de São Paulo. Esta Casa, sem dúvida nenhuma, engrandece-se na manhã de hoje com a participação de todos, mas a senhora, particularmente, nos traz um exemplo de vida, um exemplo de dedicação ao próximo que temos realmente de parabenizar. Que esse exemplo sirva para todos desta cidade, deste Estado e deste país.

Para o encerramento desta primeira audiência pública de 2001 e terceira do PL 317, passaremos a palavra a uma pessoa carismática que, por onde passou, deixou sua marca: Dr. Lair Krähenbühl.

O SR. LAIR KRÄHENBUHL – Obrigado. Caros amigos, fico muito lisonjeado pelas palavras e quando observo que nossas histórias de vida se cruzaram há muito tempo. Não sou tão jurássico nessa questão quanto a Silvana e a querida Célia Leão, mas eu lembrava ao querido amigo Toninho Paiva que em 1993 ele nos ajudou a fazer a primeira lei, quando criou a Comissão Permanente de Acessibilidade. Tive o privilégio, Silvana, de ser o primeiro Presidente dessa Comissão, a partir de quando essa questão acabou se introjetando em minha vida. Porque de nada adiantam os decretos, as vontades políticas se não temos as coisas consumadas por meio de leis. São as leis que garantem a perpetuidade dessas questões, o reconhecimento público e comum dessas situações.

A acessibilidade tem de ser para quem precisa, e todos nós precisamos, como foi muito bem dito pela representante do IAB. Quando se discutia acessibilidade, tínhamos um determinado foco. Hoje temos de entender que daqui a cinco anos os idosos do Brasil representarão a sexta maior população do mundo. Temos mais de 4,2 milhões de pessoas idosas carentes; e, ao lado disso, uma política de asilamento por conta de os idosos não conseguirem morar com os próprios filhos devido à falta de acessibilidade nessas residências. Então, quando pensamos em acessibilidade, estamos pensando em todos.

Quando se gastam apenas 2% no projeto, economizam-se 30% na edificação.

Estou me referindo ao gerente de projetos do Estado, Fernando Latta, que, juntamente com as arquitetas Irene Ísis, Silvana Cambiaghi e Adriana Levisky e com o IAB, escreveu a cartilha Desenho Universal, que contou com o apoio do Ministério Público Estadual.

Não sei se o Vereador se lembra, mas em 1993 os teatros e todos os locais com capacidade acima de 100 pessoas começaram a ser adaptados à legislação. Era obrigatório colocar banheiro adaptado nos estádios de futebol e nos locais de grande frequência de público. Naquela época interditamos o Morumbi, porque lá não havia acessibilidade aos deficientes físicos. Alguém se lembra disso? E eu, como corintiano – aliás, posso falar hoje tranquilamente (risos) -, registro que há lá uma placa em homenagem a essa ação que a Prefeitura realizou, de reservar 1% dos locais adaptados aos deficientes físicos.

Ao citar a Comissão Permanente de Acessibilidade, faço uma leve lembrança aos operadores da habitação: essa lei vai entender que os locais públicos, as áreas comuns dos condomínios, dos prédios, que normalmente são considerados como áreas úteis, não serão computados na área dos 50m². Isso significa muito pouco. Pois qual a diferença, Adriana, entre 80cm e 90cm? Apenas 10cm de um corredor. E 10cm por 10m representa 1 metro quadrado. Em termos práticos, não há um grande custo. Vamos imaginar que haja mais 3% de custo: são 5%. E com 5% na área nós trazemos para a legalidade, na cidade de São Paulo, todas as habitações de interesse social. Com isso elas se beneficiam de outras condições, não só aquelas dessa lei – as isenções que a Secretaria de Finanças vai comentar -, como também a de trazer para o Minha Casa, Minha Vida o reconhecimento dessa prática. Que levemos, Secretário, para o Estado toda essa expectativa de mudança na legislação que estamos promovendo em São Paulo.

Cidades como Campinas, Santos e outras também têm as mesmas dificuldades. Dessa forma seremos o exemplo no Estado de São Paulo em termos de promover uma mudança legislativa fundamental. Vemos que outras cidades já avançaram. Porto Alegre, por exemplo, saiu na nossa frente em termos de área de concentração, embora não em áreas

habitacionais, segmento em que ela está atrasada. Então esse modelo de ação será exemplo para o Brasil como um todo.

Para terminar, quero mencionar que os que me antecederam nas falas fazem parte de um verdadeiro exército que criamos na área de acessibilidade. Não há uma semana sequer em que eu não fale com o Luiz Baggio, não há nenhum momento em que eu não seja demandado, a despeito de eu já estar fora da política. Mesmo estando fora das coisas públicas, as pessoas continuam me procurando por conta de nossa permeabilidade.

Estou muito feliz hoje, honrado por participar desta Mesa, pois essa é uma bandeira para uma vida toda – a vida toda das pessoas que pensam a dignidade e a qualidade de vida como um todo. Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Nós que agradecemos ao Dr. Lair pela participação, pela sua contribuição à sociedade. Tenho certeza de que o senhor terá ainda muito a contribuir com as causas públicas.

Dou por encerrada a terceira audiência pública do PL 317/2010.

Passemos à audiência pública do PL 363/2010, do Executivo, que “altera a legislação tributária que especifica para conceder benefícios voltados aos empreendimentos habitacionais incluídos no Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV”.

Contamos com a presença do Dr. Ronílson Bezerra Rodrigues, Secretário Adjunto de Finanças, homem competente que irá nos brindar com suas explicações sobre o projeto.

O SR. RONÍLSON BEZERRA RODRIGUES – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui. Cumprimento os Vereadores Toninho Paiva, Claudio Fonseca, Juscelino Gadelha; o ex-Secretário Lair Krähenbühl, a Deputada Célia Leão, o Secretário Marco Antonio Pellegrini e os demais colegas presentes.

Fui convocado para participar desta audiência pública sobre PL 363, que fala sobre tributos, e me deparei com o PL 317, de tamanha importância. Então, falar de tributo depois de termos discutido um projeto de tal magnitude, altamente relevante para a Prefeitura de São

Paulo, é difícil. Aproveito para parabenizar o Prefeito Gilberto Kassab e o Presidente desta Casa, Vereador José Police Neto, pelo PL 317.

Por essa razão fiquei desarmado, mas pretendo retornar ao PL 363 para falar sobre tributos. Porque, Deputada, dizem as más línguas que os espíritos obsessores rondam as Secretarias de Finanças do Brasil (risos), por conta da carga tributária que temos. Mas o Município participa muito pouco dessa carga tributária, por incrível que pareça. É interessante observar que as pessoas não ligam para reclamar sobre o pagamento do IPVA de um bem móvel, mas para pagarem o IPTU é um sufoco. As reclamações em relação ao IPTU são terríveis, e eu lido com esses espíritos obsessores há 22 anos. Eu os levo para casa e até sábado e domingo estão eles, lá, do meu lado, me pedindo para não aumentar a carga. Ao mesmo tempo, apesar de ter sido desarmado por esse projeto de tamanha relevância para a cidade de São Paulo, eu vim falar do Projeto 363, que estende o benefício de isenção para o Programa Minha Casa, Minha Vida e para outros aqui.

Para os senhores entenderem um pouco mais, vou revisar. No Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, o ITBI, que é de competência municipal, aquelas transmissões dentro do Sistema Financeiro de Habitação, do Programa de Arrendamento administrado pela Caixa Econômica Federal ou naquelas HIS, até 42 mil reais hoje, a alíquota tem um benefício de meio por cento; a alíquota modal do ITBI na cidade de São Paulo é de dois por cento, em outras, até três por cento. Então, para toda transmissão onerosa de bens imóveis, tem que se pagar o ITBI: para um valor até 42 mil se paga meio por cento; acima disso, dois por cento.

Na realidade, estamos aqui fazendo a proposta para que o Programa Minha Casa, Minha Vida também seja contemplado com esse benefício fiscal. Propomos a mudança de valor, de 42 mil para 52 mil reais. Nada mais justo do que isso para o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Esse é o primeiro item da proposta. O segundo é também se contemplar o programa com a isenção de ISS para os empreendimentos habitacionais destinados à

população com renda familiar de até seis salários mínimos, incluído no Programa Minha Casa, Minha Vida; isenção que já contempla o Programa Par, o Programa FAR e as HIS.

Também, por último, pedimos isenção do IPTU para quando o FAR – Fundo de Arrendamento Residencial da Caixa Econômica, adquire um terreno para fazer habitações populares. Na realidade, assim, estamos corrigindo um erro da legislação. Como a interpretação de toda isenção e imunidade e qualquer benefício fiscal têm de ser literal, tinha de estar expressamente escrito na lei para contemplar o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Vim aqui para falar de coisas boas e não do aumento da carga. Conversando com o Vereador Claudio Fonseca, ele me perguntou sobre o impacto. A cada dia aumenta a arrecadação da cidade de São Paulo, sem aumento da carga tributária individual. Pelo contrário, dando créditos para serem abatidos no IPTU. Por isso que é importante o pagamento do IPTU em dia: assim o Prefeito tem mais condições de investir na Cidade. Não estou falando redundâncias, não, é muito interessante mesmo. Trabalho há 22 anos com tributos e gosto de pagá-los em dia, até porque faço a minha meta e recebo do meu salário.

Retomando, interessante também é o PL 317, e a esse ninguém se opôs. Como eu sempre venho falar de tributo, estou acostumado a tomar pancada, mas graças a Deus esses dois projetos se coadunam, são bons para a cidade de São Paulo e para o povo paulistano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradeço a participação do Sr. Ronilson Bezerra Rodrigues, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Finanças, que veio explanar sobre esses dois projetos do Executivo: um sobre a isenção tributária para os empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida, e o outro sobre acessibilidade das HIS.

Pergunto se alguém quer se manifestar a respeito do PL 363/11. (Pausa) Tem a palavra o Sr. Bahia.

O SR. BAHIA – Eu gostaria de parabenizar a Prefeitura por essa ação. Não sei se o Sr. Secretário está a par, mas os limites do Minha Casa, Minha Vida foram alterados

recentemente. Talvez, então, valesse a pena, como teto, ficar dentro do limite do Minha Casa, Minha Vida, ao invés de fixar em 52, uma vez que se corre o risco de aumentar para 54, 55, 60 e não se sabe o impacto que isso poderia causar às finanças. Se houvesse uma condição de fazer o limite da isenção adaptar-se ao programa, essa lei estaria sempre atualizada, mesmo daqui seis meses ou um ano, independentemente da inflação.

Essa é a minha sugestão ao Sr. Secretário.

A SRA. CÉLIA LEÃO – Sr. Presidente, antes de V.Exa. responder ao Secretário Lair ou fazer algum comentário a respeito do assunto, eu gostaria de lhe perguntar se V.Exa. sabe em que situação está o PL 317, que discutimos agora há pouco, por quais comissões já passou, etc.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Todas as comissões já se manifestaram e, portanto, ele, diante da terceira audiência, se encontra pronto para ser colocado em pauta. Esperamos conversar com o Presidente, ele que prepara a pauta, para que ainda este mês de fevereiro, devido à sua importância para a Cidade, seja votado em primeira e, posteriormente, em segunda. Tenha a certeza de que nos empenharemos ao máximo a fim de que o projeto seja aprovado e, assim, que a população possa desfrutar desses benefícios.

A SRA. CÉLIA LEÃO – Sr. Presidente, ainda a respeito desse projeto, eu gostaria de saber do Sr. Secretário Lair se esse aumento abrangerá todas as áreas públicas do Estado São Paulo e até qual será o percentual de aumento. Eu li que seria de 30%, mas, como eu não sou da área, nem arquiteta, nem engenheira, não consigo entender detalhadamente. Se o Sr. Secretário Lair puder explicar, em rápidas palavras, eu agradeço.

O SR. LAIR ALBERTO SOARES KRÄHENBÜL – Pois não. Essa limitação existe para as áreas de Habitação de Interesse Social, ou seja, não é para todo prédio público; é exclusivamente para as Habitações de Interesse Social. Na prática, essa área não passa de 15 a 20% em relação aos projetos; a largura do corredor, a acessibilidade em todos os cômodos. Não passa de 30%, valor esse que está muito bem contemplado na lei, e estamos seguros de

que é suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Retifico que esse projeto já teve sua primeira votação realizada dia 20 de outubro de 2010. Falta agora passar pela segunda votação.

Tem a palavra o Dr. José de Oliveira Justino.

O SR. JOSÉ DE OLIVEIRA JUSTINO – Sr. Secretário Ronilson, eu gostaria de fazer um pedido, até corroborando com a solicitação do Vereador Claudio Fonseca em relação ao impacto disso. Apesar de o senhor ter explicado que ainda não há um número, eu gostaria de saber com um pouco mais detalhes qual será o impacto a favor das pessoas com deficiência de toda essa ação do PL 363. A nossa preocupação reside naquilo que a Sra. Gersonita, Presidente do Conselho, muito bem explicou: que benefício se pode dar além do benefício da moradia, do fiscal, a favor da causa da pessoa com deficiência no Município de São Paulo. Essa é uma preocupação nossa porque o Programa Minha Casa, Minha Vida é um programa belíssimo e, até corroborando com a proposta do Secretário Lair, eu acho que, se for vinculado isso ao programa, ficará muito bem feito.

O escopo de toda ação está perfeito. No entanto, a nossa preocupação é, de fato, com renda da pessoa com deficiência em relação à moradia, porque hoje no Programa Minha Casa, Minha Vida serão brindadas aquelas pessoas com deficiência e com renda acima de três salários mínimos. Mas a maioria da população que busca uma moradia popular, uma HIS, está vinculada ao LOAS, que é de um salário mínimo, às vezes um salário mínimo e meio. Há casos seriíssimos na Cidade que vem de encontro ao interesse de trabalho das Secretarias e do próprio Conselho.

Em nome da Assessoria de Gabinete da Secretaria, eu peço que esse levantamento seja feito a favor da pessoa com deficiência, ou se existe na Pasta de V.Exa. alguma coisa que possa ser feita a favor dessas pessoas, eu lhe agradeço de coração.

O SR. RONILSON BEZERRA RODRIGUES – Quanto a isso, não tenha dúvida, eu

vou verificar e levar ao conhecimento do Secretário de Finanças e, posteriormente, até ao Prefeito Gilberto Kassab.

Dentro do processo, e isso até foi me mostrado pelo Vereador Claudio Fonseca, do jeito como está o projeto de lei, o impacto é em torno de 11.300 reais. Ele até brincou comigo num primeiro momento, dizendo-me que seria de 11 milhões. Eu lhe disse que se fosse de 11 milhões, antes mesmo de entrar em vigor, eu já o revogaria. Mas o valor que está no processo é de 11.300 e eu vou verificar. Creio que, de 11.300 para 20, 30 mil reais, a arrecadação do ITBI na cidade de São Paulo em 2010 foi muito próxima de um bilhão de reais, 968 milhões de reais, e a do IPTU foi de 4 bilhões, 268 milhões de reais. Creio que o impacto é muito insignificante, até por causa da importância do projeto.

Mas não tenha dúvida de que eu vou verificar e depois posso passar para quem de direito.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Não havendo mais nada a ser tratado, dou por encerrada a audiência pública referente ao PL 317 e ao PL 363.

Agradeço a todos a presença e a participação. Muito obrigado.

Estão encerrados os trabalhos.

